

Nuno Melo

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, por ocasião do
Dia Nacional do Combatente.**

Batalha, 7 de abril de 2024

- Vossa Excelência Senhor Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas,
- Senhor Presidente da Câmara Municipal da Batalha,
- Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Batalha,
- Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Batalha,
- Senhor Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas,
- Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional,
- Senhora Secretária de Estado da Defesa Nacional,
- Senhor Chefe do Estado-Maior da Força Aérea,
- Senhor Chefe do Estado-Maior do Exército,
- Senhor Chefe da Casa Militar de Sua Excelência o Presidente da República,
- Senhor Vice-Chefe de Estado-Maior da Armada, em representação do Chefe de Estado-Maior da Armada,
- Senhor Comandante-Geral da GNR,
- Senhor Diretor Nacional da PSP,
- Senhor Presidente da Direção Central da Liga dos Combatentes,
- Senhor Bispo Administrador Apostólico do Ordinariato Castrense, Excelência Reverendíssima,
- Senhores Oficiais Gerais e Diretores-Gerais,
- Demais entidades civis e militares aqui presentes,
- Minhas Senhoras e meus senhores.

Numa coincidência feliz, a minha primeira deslocação como Ministro da Defesa Nacional acontece hoje e aqui, lembrando e celebrando o Dia dos Combatentes e homenageando também a memória dos Portugueses que lutaram - e tantos perderam a vida - na batalha de La Lyz. Foi há 106 anos.

Estar aqui é um dever e uma honra. O que hoje celebramos é um dos vínculos mais importantes entre o Estado e a Nação, o país e a sua memória, a comunidade e a sua continuidade histórica.

Dizia o muito sábio Prof Adriano Moreira, que Portugal foi “um país forjado por soldados”. É esse vínculo indissolúvel que estamos a relembrar e a consagrar.

Se o Governo a que pertenço está empossado, o respetivo programa não foi ainda legitimado pela Assembleia da República. Compreenderão por isso que, nestas circunstâncias, a presente intervenção deva ser, breve e formal. De outro modo não poderia ser.

Brevemente, contudo, terei a oportunidade de expressar as linhas fundamentais de ação para a Defesa Nacional nesta legislatura, incluindo as questões dos recursos humanos das Forças Armadas, as suas Infraestruturas e equipamentos, a conceptualização adaptada às novas ameaças, a política social

neste sector e também, naturalmente, o cuidado e a dignificação dos Antigos Combatentes.

O século XX foi um século muito pesado para os europeus, que neste continente viram acontecer duas guerras mundiais e através delas, o confronto entre modelos totalitários e democráticos.

A construção do projeto europeu, foi desde o início um projeto para garantir a paz, a reconstrução e a prosperidade. E a estabilidade do sistema de alianças de segurança e defesa é um bem importante para os Portugueses e os povos que prezam a liberdade.

Neste contexto, a nossa lealdade ao sistema e às missões das Nações Unidas, a nossa lealdade aos propósitos e às missões da União Europeia, e a nossa lealdade à segurança coletiva garantida pela NATO e pelas suas missões, são três pilares inestimáveis de um consenso alargado e patriótico em torno da política de defesa que, após o 25 de Abril, foi laboriosamente construído e mantido pelos Governos constitucionais. Assim continuará a ser.

Acrescento, naturalmente, as missões e programas da nossa cooperação militar orientada para o reforço útil dos laços que nos unem aos países lusófonos.

Podemos - como Nação, como país, como comunidade - ter orgulho do nível de excelência, serviço e reconhecimento dos militares portugueses em todas estas missões da ONU, da UE e da NATO. Os nossos parceiros internacionais dizem-no, as autoridades nacionais sabem-no e enquanto ministro da Defesa quero transmitir às famílias dos nossos militares que estiveram ou estão em missão, a nossa gratidão e o orgulho pelo esforço abnegado de todos.

O século XX foi também difícil para os Portugueses, por circunstâncias que todos conhecemos. Entre elas destaco, pela sua relação com o dia de hoje e pelas infinitas memórias que transporta, uma guerra em Africa durante mais de uma década.

Pela natureza dessa guerra, aos combatentes dessa guerra - e à Nação como um todo - ninguém perguntou se o conflito, já na segunda metade do século, em plena ascensão dos movimentos de acesso às independências, faria politicamente sentido.

Não obstante, o que quero nesta menção relevar é que Portugal ainda tem deveres a cumprir numa política justa de Antigos Combatentes que vise tratar melhor, por exemplo, os problemas sociais e de saúde que ainda persistem e honrar os militares que vivem essa memória, fizeram esse sacrifício, e cumpriram a missão que lhes foi atribuída.

Os que perderam a vida nos teatros operacionais dessa guerra, os que ficaram feridos ou incapacitados e os que sobreviveram e ainda estão connosco, são parte da nossa história. A todos, a minha homenagem.

Neste século XXI, os Portugueses também viram eclodir na Europa uma guerra inaceitável, nascida da invasão de um Estado soberano por outro, em termos violentos e com propósito de ocupação, numa violação gravíssima do direito internacional. Refiro-me me à invasão da Ucrânia pela Rússia, que ainda hoje persiste e põe à prova a solidez dos aliados democráticos e livres.

Essa guerra fez muita gente pensar na necessidade de ter uma defesa competente para garantir uma paz duradoura. Nesta semana em que se assinalam os 75 anos da NATO, quero recordar aqui o verdadeiro sentido das coisas: a NATO venceu a chamada “guerra fria” sem disparar armas, por ser política e operacionalmente forte.

Agora que as ameaças estão de volta, num tempo em que o conflito está demasiado perto das fronteiras da União Europeia e da NATO, quando à frente dos nossos olhos vemos milhões de ucranianos longe de sua casa, da sua família ou do seu país -

bombardeados dia e noite - porque querem ser livres e também querem ser europeus, devemos valorizar a força e a unidade da NATO.

É nossa obrigação trabalhar pelo presente e pelo futuro do vínculo transatlântico e acreditar que o mal não pode banalizar-se, como Hannah Arendt exemplarmente escreveu. Não podemos perder a essência do que diferencia o agressor e o agredido.

Termino dizendo aos militares das Forças Armadas que temos toda a noção de que o combatente, é sempre a última fronteira da nossa independência.

Ontem, hoje e amanhã, a Nação em paz deve-lhes gratidão e respeito.

A todos, a minha, a nossa homenagem.